GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)

Ata da Reunião GAEPE – 24.07.20

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Conselheiro Paulo Curi Neto, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Euler P. P. de Mello, ambos representando esta Egrégia Corte de Contas; o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC/RO), Adilson Moreira de Medeiros, bem como a Excelentíssima Procuradora de Contas Yvonete Fontinelle de Melo; o Excelentíssimo Senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico; o Excelentíssimo Senhor Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cézar Miola; o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, bem como a Diretora Administrativa e Financeira da SEDUC, Senhora Marta Souza Costa Brito; o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), Horácio Batista Guedes; o Senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a Senhora Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RO), Ana Lúcia Dias Carneiro; o Senhor representante/presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM), Roger; o Senhor Secretário de Finanças (SEFIN), Luiz Fernando Pereira da Silva e, representando o Instituto Articule, a Senhora Alessandra Gotti e o Senhor Ismar Barbosa da Cruz, a fim de deliberarem sobre a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionadas ao tema do ensino remoto.

1) O que foi discutido

O Presidente do Tribunal de Contas abriu a reunião ressaltando a importância da objetividade e celeridade nas reuniões para que a produtividade possa fluir de um debate mais aberto, ocasião em que finalizou suas palavras abordando a ordem do dia.

Com a palavra, o Secretário da SEDUC comentou que após reuniões internas e conversas com o secretário de finanças do Estado, foi possível mensurar os recursos necessários para o momento. Posto isto, apesar das dificuldades resultantes do fato desse ano letivo adentrar o ano de 2021, constatou-se através de projeções, que haverá condição de custear essas futuras despesas.

Informou que foi elaborado pela UNDIME, AROM e Procuradoria do Estado um protocolo em forma de cartilha para instruir a sociedade quanto aos cuidados corretos e necessários para o uso do transporte escolar. Previu a publicação da sobredita cartilha para

a próxima semana, a partir de quando dever-se-ia ajustar a *Lei do ir e vir*, que não foi adotada por todos os municípios de Rondônia. Acresceu que há uma ação em trâmite para adiantar os repasses às empresas que trabalham por produção. Posto isto, o Desembargador Isaías propôs ao secretário analisar a viabilidade de um consórcio público entre o estado e os municípios para o transporte escolar, a fim de ficarem independentes de empresas privadas.

O Secretário mencionou que há um consenso entre UNDIME e UNCME de que a divulgação para a sociedade do que já está maduro e acordado no plano deve ser feita desde logo, de modo que os secretários municipais e as instituições já possam tomar esses parâmetros como pontos de orientação.

A presidência do Sinepe argumentou que o sindicato apresenta condições estruturais para retomar as atividades presenciais antes das instituições públicas, com vistas a evitar mais impacto econômico, mesmo porque outros entes federativos as instituições privadas têm conseguido retomar algumas atividades.

A representante do Articule indagou ao Secretário Suamy acerca da possibilidade de volta às aulas presenciais, tendo em vista que Rondônia figura entre os estados com maiores índices de contaminados do país. Questionou, também, se há levantamento das despesas e estimativa de custeio com os recursos provenientes da destinação dos 25% do socorro fiscal. O Secretário replicou que a situação não mudou muito desde a explanação dos custos nos cenários de retorno ou não, feita pela Senhora Marta na última reunião. Acrescentou que as economias feitas até o momento com transporte, viagens, manutenção e contratos terceirizados, no valor de R$82.128.405,57, foram submetidas à SEFIN, que apenas solicitou mais detalhamentos de tais despesas para avaliar a possível aprovação.

O Senhor Alexandre Jésus reforçou que já há consenso no grupo de que é imprescindível a publicação, para que a sociedade possa dirimir as atuais dúvidas, haja vista que o plano está bem avançado, com relação ao retorno, o qual não será obrigatório, considerando os grupos de risco e a liberalidade dos pais em mandar ou não seus filhos à escola. Respondendo ao questionamento do Sinepe, explicou que o Conselho Nacional de Educação (CNE), no último parecer aprovado, deu abertura para a iniciativa privada retornar antes das instituições públicas, observados os aspectos sanitários, e que seja exigido de toda rede privada a preparação necessária, obviamente autorizando que cada escola elabore seu próprio plano de reabertura.

A Procuradora do Ministério Público de Contas, Senhora Ivonete Fontinelle, questionou a SEDUC se nesse novo planejamento levou-se em consideração a adequação para a quantidade de alunos que de fato retornarão em cada fase, posto que anteriormente os cálculos indicavam retorno de 100% dos alunos às aulas presenciais. Prontamente, a Senhora Marta respondeu que os custos não foram adequados a esse parâmetro, sendo o valor ajustado durante o repasse do PROAFI, que seria dobrado durante a pandemia. Finalizou explicando que a SEDUC está elaborando uma página específica para divulgar tais informações e dados.

O Presidente desta Corte de Contas rememorou que o piso do valor citado não é o da pandemia, e que o mesmo seria independente disso.

Ato contínuo, a Prefeita Gislaine, representante da AROM, comentou que muitos municípios estão enfrentando dificuldades no planejamento de volta às aulas. No interior, por exemplo, os professores estão atuando nas residências com oferta de aulas particulares, aumentando o fluxo de pessoas e elevando, consequentemente, o risco de contaminação.

O Presidente da associação mencionou o desenvolvimento de matrizes que envolvem desde medidas sanitárias até medidas de conscientização, sendo importante frisar que por falta de comunicação em 6 municípios, como Ariquemes e Ji-Paraná dentre outros, 80% da população não deseja o retorno das aulas presenciais. Para os municípios fazerem os planos, conforme os dados supramencionados, estão tomando por base apenas medidas sanitárias. Ressaltou que muito em breve cerca de 4 municípios estarão na fase quatro, que autoriza o retorno, mas não se sabe se estarão aptos para tanto.

Dessarte, o Senhor Rogério destacou que já foi feita uma nota técnica sobre transparência das receitas, para facilitar o controle social dos municípios. Relatou, ainda, que muitos municípios não precisarão de ajuste na educação, por causa das economias feitas e, apesar do receio de que os 25% da receita não sejam aplicados, compreendem que a recomposição tem que ser na medida do que o município vai precisar para executar a política pública e não no percentual de 25%. Contudo, o levantamento de dados demonstrou que a realidade municipal difere muito entre cada ente, sendo estimados os custos por municípios de acordo com cada exigibilidade.

No que tange à importância de saber o distanciamento entre os alunos, recomendado pela Agevisa e pelo Corpo de Bombeiros, os representantes da AROM explicaram que se a recomendação for de 2 metros, por exemplo, não haverá viabilidade de fazer o retorno, pois o custo está diretamente relacionado às características estruturais e ao quantitativo de grupos de riscos de cada escola, podendo o percentual de alunos fora dos grupos de riscos ser insuficiente para sustentar o retorno.

A SEDUC pontuou a necessidade de criação de um comitê local para o plano de retomada municipal, que poderia incluir os Conselhos Tutelares e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Novamente com a palavra, a AROM fez um levantamento de dados amplo da situação dos municípios para indicar a necessidade de que haja uma aproximação maior com eles, com vistas a evitar duplicação. O mesmo cabe à ação do Conselho Estadual de Educação (CEE), que estava fazendo um planejamento de monitoramento do ensino remoto.

A Auditora de Controle Externo, Senhora Adrissa Campelo, fez os informes sobre o último ponto de pauta que se refere à estratégia de busca ativa escolar, porquanto estimativa mostra a possibilidade de haver evasão de 30% dos discentes. A auditora informou que atualizou os dados depois das reuniões realizadas com as equipes técnicas do Tribunal de Contas, Ministério Público, Unicef, SEDUC e Irbe, com o escopo de dar maior concretude a ideia inicial do trabalho.

O Presidente desta Corte de Contas, depois de ter tomado conhecimento do esboço da proposta de trabalho, resultado das reuniões outrora mencionadas, deu conhecimento de que se encontra no estágio de validação final, que consiste em abrir um diálogo com as entidades parceiras, fazer aproximação da UNDIME, SEDUC e AROM para viabilizar o engajamento e, por fim, assinar o Plano de Trabalho e iniciar as atividades.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentem mais detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos:

1. O GAEPE solicita que na próxima reunião seja apresentado o levantamento final das despesas e um esboço do que será a plataforma da transparência desenvolvida pela AROM.

2. Na linha da sugestão do TJ, durante a capacitação quanto aos planos, fazer a proposta para os municípios capacitarem os gestores escolares na assistência psicossocial do retorno.

3. Mapeamento da migração da rede privada para a rede pública em todas as etapas, principalmente na infantil.

4. Informe dos Conselhos com relação à regulamentação dos Pareceres nºs 5 e 11.

5. Há um consenso entre os partícipes do grupo em divulgar para a comunidade as informações que já foram discutidas no Plano de retomada.

Ficou marcada nova reunião para o dia 07.08.20, às 14h (quatorze horas) e estipulando-se, para as futuras reuniões.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.